

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA  
ESCOLA DE NUTRIÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO E SAÚDE

VALQUIRIA DA CONCEIÇÃO AGATTE

**Representações Sociais de alimentação escolar na ótica  
de adolescentes de escola pública no município de  
Lauro de Freitas - Ba**

Prof.<sup>a</sup> Orientadora: Maria do Carmo Soares de Freitas /Escola de Nutrição – UFBA

Salvador  
Abril/2008

## **SUMÁRIO**

<b>1 - INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
1.1 – O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA	
1.2 - O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	<b>6</b>
1.3 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM LAURO DE FREITAS	
1.4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE ALIMENTO E CULTURA	<b>7</b>
<b>2 - QUESTÕES E PRESSUPOSTOS</b>	<b>9</b>
<b>3 – OBJETIVOS</b>	<b>10</b>
<b>4 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA</b>	<b>11</b>
<b>5 - ANÁLISES PRELIMINARES</b>	<b>14</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>15</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>17</b>

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo sobre alimentação escolar de abordagem qualitativa busca entender as principais significações no campo das práticas alimentares de adolescentes em uma Escola Pública do município de Lauro de Freitas, Bahia.<sup>(1)</sup>

O adolescente se inscreve na sociedade como uma construção moderna, que possibilita a leitura da emergência de uma subjetividade para compreender novas referências e padrões identitários. Conforme pude observar em trabalhos práticos anteriores em nutrição com adolescentes, nem sempre nessa fase da vida são respeitadas as demandas que compõem os valores socioculturais.

No campo biológico, este grupo se caracteriza por profundas transformações somáticas, psicológicas e sociais. Durante a adolescência, especialmente na puberdade, ocorre acentuado crescimento físico, período em que aumenta 50% do peso e 15% da estatura final do adulto. O crescimento acelerado, acompanhado pelo desenvolvimento psicossocial e estimulação cognitiva intensa, tornam as necessidades de energia e nutrientes elevadas, e na maioria das vezes, são inadequadamente atendidas por mudanças nos hábitos de vida entre estes o alimentar<sup>1</sup>.

Sabe-se, entre nutricionistas e profissionais de saúde, que nessa idade o adolescente em geral sente maior necessidade de comer. Há, portanto, um aumento do aporte calórico que pode se dar pelo excesso de alimentos ricos em gorduras e açúcares, como no caso da prática alimentar com lanches rápidos, levando ao sobrepeso, obesidade e doenças carenciais como anemia ferropriva. Entretanto, o adolescente é levado também, a se preocupar com sua imagem corporal reduzindo o aporte calórico, pois, acaba "cedendo" à estética veiculada pela mídia para atender ao mercado consumidor que privilegia o corpo esguio e esbelto<sup>2,3</sup>.

Dados recentes apontam à obesidade como um dos problemas nutricionais mais prevalentes nos Estados Unidos, chegando a afetar um terço de seus adolescentes. Na Espanha, cerca de 10 a 20% dos adolescentes também estão obesos e no Brasil, já é prática comum na alimentação desses jovens o consumo de lanches, frituras, guloseimas e outros *fast foods*. Estes, em geral estão associados a dietas nutricionalmente inadequadas apresentando alta quantidade de carboidratos, gorduras, carência de ferro, cálcio, vitaminas A e C. A

---

<sup>(1)</sup> Dos dados pesquisados sobre a economia local, o município ocupa o terceiro lugar entre os mais industrializados da Bahia, entre serviços, comércio e indústria, embora 39% das empresas trabalhem na informalidade. Censo Empresarial do Município de Lauro de Freitas, 2005

obesidade e suas seqüelas como problema clínico e social tem estimulado a realização de estudos, no sentido de se conhecer o problema e contribuir para sua prevenção e tratamento. Entretanto, poucos têm sido os trabalhos científicos sobre práticas alimentares em adolescentes escolares<sup>14, 15</sup>.

A alimentação tem aspectos simbólicos em qualquer que seja a sociedade. Sobre isso, há muito a ser explorado visto que o alimento não tem o caráter apenas de definir necessidades biológicas, mas antes, atender o campo afetivo. Da Matta<sup>4</sup> separa o conceito dos termos alimento e comida enquanto figurações que não são opostas, mas mantém distinções culturais e se combinam. Alimento é uma expressão da ciência e comida se aplica ao hábito, ao prazer, ao gosto, a tradição<sup>4</sup>.

Para Garcia<sup>5</sup> a escolha alimentar é o resultado de um conjunto de interações socioculturais de uma dada organização social. A exemplo, no estudo das representações sociais da alimentação, além da questão biológica, é estabelecida a relação com o universo psíquico, cognitivo e cultural.

Segundo Moscovici<sup>6</sup> a representação social é definida como uma forma de conhecimento do "senso comum". Esta pode estar diretamente relacionada à maneira como as pessoas interpretam ou traduzem seus saberes conjugados socialmente. O processo de assimilação do conhecimento é sempre ativo, já que as pessoas entendem e incorporam as informações de acordo com os referenciais que possuem em suas biografias: os indivíduos ao se aproximarem do saber científico, segundo sua própria conveniência, ou de acordo com os meios e recursos que têm, fazem suas interpretações em seus próprios termos e contexto<sup>6</sup>.

Moscovici<sup>6</sup> introduz a noção de representação com ênfase no sujeito ativo e construtor, um sujeito que enuncia o sentido de mundo em seus termos. Segundo ele:

Nos dois mundos: da experiência individual, todos os comportamentos e todas as percepções são compreendidas como resultantes de processos íntimos [...]; no outro mundo, o dos grupos, o das relações entre pessoas, tudo é explicado em função de interações, estruturas, trocas de poder... Esses dois pontos de vista são claramente errôneos pelo simples motivo de que o conflito entre o individual e o coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social<sup>6</sup>.

Dessas diferentes perspectivas pode-se concluir que as representações constituem-se num instrumento para análise dos aspectos sociais, pois retratam de algum modo a realidade. São de fato, uma maneira de compreender a relação: cotidiano e sociedade; e de valorização da participação do indivíduo na significação de fenômenos da vida cotidiana.

Entende-se que a propagação do senso comum no ambiente escolar deve-se à facilidade de comunicação de crenças e a socialização das referências de um grupo para outro, facilitada entre outros fatores pelas longas horas de convivência, que trazem certa intimidade nos contatos entre professores, alunos e outros atores sociais. Se por um lado esta situação contribui positivamente na interação, por outro, propicia na cena pedagógica a instalação de referências nas relações sociais e inter-pessoais <sup>7</sup>.

Nessa perspectiva analítica, é possível definir a representação social como um tipo de saber, socialmente negociado, contido no senso comum e na dimensão cotidiana, que permite ao indivíduo demonstrar sua visão de mundo e o orienta nos projetos de ação e nas estratégias que desenvolve em seu meio social. Representações sociais são, portanto, conhecimentos culturalmente carregados que adquirem significados plenos no contexto sociocultural e situacional em que se manifestam. Desse modo, as representações sociais aparecem como instâncias privilegiadas de investigação científica, uma vez que elas incluem, em menor escala, ingredientes fundamentais do pensamento e da vida social<sup>6</sup>.

Alexandre<sup>8</sup> lembrando Moscovici evidencia a compreensão do conceito de representação social e o seu papel na formação de condutas. Esta modela o comportamento e justifica sua expressão. Destaca ainda que a representação social é uma preparação para a ação, tanto por conduzir o comportamento, como por modificar e reconstituir os elementos do meio ambiente que o comportamento deve ter lugar.

Do mesmo modo, Rosa Garcia<sup>9</sup> explica representações sociais na nutrição como modos de sentir a realidade no senso comum, elaborado e compartilhado por outros socialmente semelhantes. Na construção das representações sociais estão presentes conteúdos expressos por informações, imagens, opiniões, atitudes em que o objeto, que pode ser um trabalho, um acontecimento, uma imagem, um conceito<sup>9</sup>.

Jodelet<sup>10</sup> afirma que as pessoas constroem representações sociais como uma forma de compreender e explicar os fatos e as idéias que preenchem o universo de suas vidas. Este tipo de conhecimento prático dá sentido à realidade cotidiana.

Nesse olhar, o processo de formação das representações sociais dos alimentos pode estar ancorado e objetivado no modo de como as pessoas expressam sua realidade cotidiana. O que dá sentido à representação é o consenso, o conceito coletivo, também individualizado ou este, aceito e entendido pelo coletivo, pelo grupo.

Nesta perspectiva teórica, todo um esforço intelectual deve ser feito para compreender representações sociais e outros modos de significar a alimentação pelos escolares adolescentes. Em particular, os valores que expressam sobre a alimentação escolar a eles

ofertados pelo gestor municipal. Assim, o reconhecimento precoce de práticas alimentares inadequadas por estes agentes sociais pode estimular o interesse de dirigentes das escolas, estudantes e familiares para a implantação de programas de educação alimentar fundados na compreensão dos hábitos, condutas e comportamentos alimentares. Estas situações conferem significação aos componentes semânticos do cotidiano da vida escolar, que no caso específico deste estudo, trata de investigar valores que cercam os adolescentes das camadas populares de Lauro de Freitas. Objeto e contexto, sujeitos e falas não se separam da complexidade do mundo, da vida cotidiana, em que a intersubjetividade sobre o comer está todo tempo em movimento<sup>11</sup>.

### 1.1 – O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

Quando falamos em papel social da escola é importante analisarmos o contexto desde a década de 80 onde a instituição escolar era marcada pelas análises macro-estruturais, ou seja, pelas principais estruturas de relações sociais, que caracterizam a sociedade capitalista, definindo a estrutura escolar e exercendo influências sobre o comportamento dos sujeitos sociais que ali atuam.

A partir da década de 80, o reflexo desse paradigma emergente é um novo humanismo, que coloca a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento, mas, tanto a natureza, quanto as estruturas, estão no centro da pessoa, ou seja, a natureza e a sociedade são antes de tudo humanas.

Apreender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas.

A escola, como espaço sociocultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo. Nessa perspectiva, a realidade escolar aparece mediada, no

cotidiano, pela apropriação, elaboração, reelaboração ou repulsa expressas pelos sujeitos sociais.

Desta forma, o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo, e nenhum dos lados pode antecipar uma vitória completa e definitiva.

## 1.2 - O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é o mais antigo dos programas de alimentação e nutrição em vigência no Brasil com amplitude nacional, e o maior em volume de recursos e em população atendida. Este estudo compreende uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE através das políticas públicas atuais.

Criado na década de 50, em um momento de crise e escassez de alimentos, dirigiu-se sempre a um público definido. Contemplando escolares de 7-14 anos, no princípio, os recursos eram oriundos de doações de alimentos por agências e organismos internacionais, via “Lei dos Alimentos para a Paz”.

Em fins da década de 60 a redução das doações internacionais obrigou o Governo a criar novas alternativas de financiamento, e não havendo recursos próprios fez-se necessária a alocação dos mesmos no orçamento destinado aos programas da área materno-infantil para a alimentação escolar.

Durante o regime militar a lógica operacional do PNAE priorizou a oferta de alimentos formulados, bem como a expansão de uma indústria alimentícia nacional nos idos de 60 e 70. Neste período os alimentos formulados ganharam campo na merenda escolar, apesar da pouca aceitabilidade entre os escolares, o que incrementava os registros de intolerância, intoxicações alimentares e desperdícios, além de sinalizar a má gestão na alimentação escolar.

O PNAE caminha para cinco décadas de existência e desde sua criação, tendo transitado por períodos de interrupção de recursos, por desajustes estruturais e até mesmo pela crise na administração pública, o Programa manteve-se na agenda política brasileira. Trata-se de uma ação pública que testemunhou o governo autoritário, chegou à democracia, ajustando-

se às novas configurações político-institucionais, de forma que as características destes regimes com mudanças nas relações intergovernamentais relativas a competências e responsabilidades, em vista da escassez de recursos, estão fortemente presentes na lógica operacional do Programa.

Em busca da eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos, frente ao cenário de crise fiscal dos anos 80 e também da redemocratização, a descentralização assumiu um papel no novo paradigma da administração pública, apostando-se nos resultados destas políticas através das ações fiscalizadoras e participativa da sociedade civil junto ao poder público.

A partir de então, nos anos 90, o combate à pobreza passou a ser contemplado nos debates sobre desenvolvimento nacional, incluindo as questões de sustentabilidade, participação social, co-gestão e parcerias, descentralização e fortalecimento de governos locais com desdobramentos para a municipalização das políticas públicas.

Nos documentos que regulamentam o PNAE há consenso em torno da importância da alimentação para os escolares, concebida como apoio pedagógico, no que se refere à frequência e o tempo de permanência na escola. Vale ressaltar que em populações carentes a merenda torna-se um atrativo escolar e muitas vezes é a única refeição de milhares de crianças.

Oliveira (2003) relata que a merenda escolar foi palco do projeto nacionalista de desenvolvimento social, defendido nos anos 30 para a nação brasileira. Onde o discurso postulado era que a ciência como fé no progresso do país, evidenciando a merenda, com crianças bem alimentadas. Quanto às normativas do PNAE podemos evidenciar a Medida Provisória nº. 2178-36, de 24 de agosto de 2001, a qual dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do programa nacional de alimentação escolar.

Através da Portaria nº. 251, de 3 de março de 2000, onde o ministro de estado da educação resolve autorizar o Fundo Nacional de Desenvolvimento a Educação a transferir em dez parcelas mensais a partir de fevereiro, os recursos financeiros às entidades executoras do PNAE, sem a necessidade de convênio, acordo ou ajuste ou outros instrumentos congêneres, correspondendo cada parcela mensal a cobertura de vinte dias letivos.



A Resolução/FNDECD/No. 32 de 10 de agosto de 2006, estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e para a transferência de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades federais para a aquisição exclusiva de gêneros alimentícios.

Em estudo realizado, Bittencourt (2008) discute que a dificuldade apontada para a descentralização via municipalização é a questão de “governança” mal definida. Isto significa que a transferência de responsabilidade induzida pela transferência de recursos foi bem sucedida, no entanto, deixou lacunas de definições na estrutura de atendimento.

Através da Resolução CFN nº. 358/2005 dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências.

Bttencourt (2008) e Tenuta (2002) destacam a importância da contratação do nutricionista. Este profissional qualifica o Programa, validando o planejamento de uma alimentação escolar com a qualidade “possível”. Para Vianna (2000), o nutricionista conhece intimamente todos os objetivos do Programa, “o maior objetivo, embora não explicitado, é de fornecer alimentação juntamente com uma educação alimentar, esta tarefa não é fácil.” Isto porque os fatores sociais envolvem questões culturais (como a tradição de se fazer certas misturas de alimentos), políticas, religiosas e muitos interesses econômicos (as grandes marcas de produtos alimentícios impõem o uso de certos produtos). No entanto, ela reconhece que se essa luta é dura, também é gratificante, agregando com muita emoção: “Sou da época em que tivemos que organizar muita pressão para que a merenda entrasse na Constituição, que fosse reconhecido esse direito”.

A Portaria Interministerial nº. 1010, de 8 de maio de 2006, instituiu as diretrizes para a promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Em contraponto, aparece a avaliação feita, principalmente, pelos alunos, com referência à pouca ou nenhuma “educação alimentar” recebida.

De acordo com Mascarenhas (2006) é necessário desenvolver trabalhos sobre: nutrição e educação alimentar envolvendo as merendeiras e os alunos, com o objetivo de fornecer conhecimento, esclarecimento e orientação sobre os fatores relativos à alimentação e nutrição.

Vianna (2000) registrou que todos os atores envolvidos, em especial as merendeiras, acreditam que não têm treinamento suficiente para dar informações nutricionais e que não tiveram orientação neste sentido. Reconhecem que as crianças não aprendem sobre alimentação e que não há como transmitir hábitos alimentares “servindo sempre em ‘tigelas’ e com colheres”. De fato, somente em uma escola ouviu se falar de talheres.

Este déficit de preparo é evidenciado com a dificuldade no uso de toucas e aventais. Certamente a carência de recursos das mantenedoras para fornecer esses materiais colabora para que esta prática só tenha sido verificada em duas escolas. Mesmo assim, em uma dessas, as auxiliares não utilizavam a touca. Este fato é um complicador se aliado ao fator multifuncional, quer dizer, ora a servidora limpa os banheiros, ora lida na cozinha.

Cabe destacar a atuação do CAE – Conselho de Alimentação Escolar, cuja existência, quando lembrada e sentida, é muito positiva. No geral os escolares e grande parte das merendeiras não percebem sua existência. Não obstante, sua importância e participação são bem avaliadas. Esta tênue atuação deve-se mais à baixa cultura de participação da sociedade do que à existência ou não de um órgão colegiado.

A atribuição principal do Conselho, conforme os resultados obtidos, continua a ser a fiscalização da aplicação dos recursos destinados ao PNAE, pois em 76,90% dos municípios o CAE desempenha essa função, seguida pelo acompanhamento do programa nas unidades escolares, para o qual esse percentual é de 63,45%. Já a participação dos Conselhos na elaboração do cardápio e na programação, execução e avaliação do atendimento é menor, atingindo apenas 50,41% e 38,90% dos municípios, respectivamente. Tais dados sugerem que transformar o participante e/ou usuário do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um cidadão ativo, que opina, controla e fiscaliza o Programa, por meio da valorização dos Conselhos de Alimentação Escolar, é um processo social a ser ainda consolidado. (PIPITONE 2003)

Mascarenhas (2006) destaca uma falha determinante no Programa, em relação ao valor calórico médio dos cardápios oferecidos na merenda escolar do município de Conceição do Jacuípe/BA que foi de 227,51 calorias, ou seja, 122,49 a menos que o recomendado pelo PNAE. O valor protéico médio encontrado nos cardápios oferecidos foi de 8,12 gramas por refeição, 0,88 a menos que o recomendado pelo programa durante o período do trabalho.

Como salienta Tenuta (2002) o Programa Nacional de Alimentação Escolar existe a mais de quarenta anos no Brasil e tem passado por várias alterações em sua operacionalização. Este trabalho recomenda que continuem sendo adotadas, por parte dos órgãos gerenciadores do PNAE, medidas que intensifiquem o Controle Gestor como um todo, como única forma de garantir a utilização eficaz das verbas a ele destinadas. Hoje questões relacionadas a alimentação adequada está cada vez mais sendo discutida em fóruns, seminários e comitês. A presença dos vários setores da sociedade civil organizada e governo está mostrando novos horizontes a serem trabalhados.

Se não fosse pela pressão continuada das entidades da sociedade civil, e mais especialmente das forças sociais que se integraram na Ação da Cidadania, no CONSEA, no COEP — Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida, na Pastoral da Criança e, mais recentemente, no Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional — esta temática teria sido eliminada da agenda política brasileira. Vale notar que através desta iniciativa foi incentivada a criação de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como objetivo central o de garantir que um dos eixos estratégicos das políticas públicas econômicas e sociais, em nível estadual, seja o de combater a fome e a exclusão social, promovendo o direito humano à alimentação para todos.

### 1.3 - O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Conforme as primeiras incursões de observação e através das informações colhidas entre os sujeitos envolvidos com a alimentação escolar pudemos vislumbrar a história da alimentação escolar em Lauro de Freitas. No ano de 1980 na Gestão do prefeito Gerino de Souza Filho, o Ministério da Educação em ação conjunta com a secretaria administrativa de Lauro de Freitas - Bahia intensificaram as ações em relação à alimentação escolar, uma vez que esta era centralizada ou seja, recursos e produtos vinham do Distrito Federal ao município, e este operacionalizava a preparação e distribuição para as escolas municipais e conveniadas durante todos os dias letivos do ano.

Nesta perspectiva, especialistas foram convidados para trabalharem na área da merenda escolar. Além disso, através de concurso público realizado no período foram selecionados os profissionais e os mesmos realizaram estágio de aprendizado em Belo Horizonte capital do

estado de Minas Gerais. Os futuros merendeiros puderam aprender conteúdos relacionados à área de nutrição e o funcionamento da “merenda escolar” de forma integral. A primeira merendeira de Lauro de Freitas era professora do ensino público que no concurso público ficou entre os selecionados.

Para a elaboração da merenda foi construída uma cozinha central com capacidade apenas para elaborar os alimentos formulados recebidos e está funcionando atualmente no mesmo local.

Com a descentralização em 1994, foram transferidas para as administrações locais, as decisões sobre os alimentos a serem fornecidos aos alunos.

Nesse sentido, para atender a demanda crescente foi construído um outro núcleo de preparo localizado no Bairro de Itinga, junto a Secretaria da Educação para atender cerca de 30.000 refeições diárias tanto ao período matutino quanto vespertino para os inscritos na rede pública e conveniada (creches, educação infantil para alunos de 5ª a 8ª series e alfabetização de jovens e adultos).

Nos dois núcleos de preparação das refeições, e em algumas escolas do município de Lauro de Freitas, considera-se, ainda que de modo preliminar, que os objetivos do referido programa são relativamente atendidos. Isto porque existem diversos problemas que dificultam a materialização do atendimento ao saudável na alimentação. Questões diversas devem ser observadas e apreendidas para o estudo, como: aceitação por parte dos alunos; comensalidade; valores e crenças; modos de rejeição aos alimentos; preferência aos alimentos de fora da escola. Soma-se a questão de identidades alimentares a discussão sobre o “gosto”, como se expressa por parte dos alunos. Estas questões nos possibilitam conhecer alguns pontos e contrapontos: prazer e obrigação, necessidade e luxo, alimentação e merenda, cultura e necessidade biológica.

Com o propósito de implementar melhorias nas atividades relacionadas ao Programa de Alimentação Escolar do Município de Lauro de Freitas, a coordenadora de projetos e orçamentos da Secretaria da Educação deste município expressou interesse pelo tema e disponibilizou as escolas para o estudo.

Devido à falta de estudos em escolares adolescentes baianos. Este trabalho se propõe a realizar um levantamento de situações e seus significados que poderá revelar a cultura alimentar presente nas escolas. Este projeto faz parte do núcleo de pesquisa do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição do Escolar Nordeste – UFBA.

#### 1.4 - CONSIDERAÇÕES SOBRE ALIMENTO E CULTURA

O programa de alimentação do escolar existe desde a década de 40 sendo um dos mais antigos e atuantes até os dias atuais, como foi dito anteriormente. Desde o seu início a terminologia para designar a alimentação escolar era “merenda” e hoje através de análises pautadas nas necessidades nutricionais dos escolares e de acordo com análises sócio-econômicas realizadas perceberam a “merenda” fornecida não estaria suprimindo as necessidades dos mesmos. Por este prisma, houve uma modificação nas recomendações nutricionais mínimas e desta forma a “merenda” passaria a ser uma refeição.

Apesar da modificação no cardápio com a introdução de outros alimentos como arroz, feijão, carnes, etc a tradição se mantém, ou seja, o termo “merenda” é reconhecido por todos como a refeição servida pela escola, independente de seus aspectos nutricionais estarem ou não suprimindo as necessidades básicas desta população.

Segundo Fischler <sup>16</sup>, todos os aspectos referentes aos hábitos alimentares compõem um "sistema culinário". Essa "ordem" é composta daquilo que o autor chama de “alimento” e daquilo que pode ser chamado de “cozinha”. O alimento expressa o que há de biológico, médico ou nutricional, nesta ordem, e a cozinha expressa a cultura ou traços culturais que envolvem aquele alimento.

O alimento, no sentido empregado por Fischler se aproxima significativamente das orientações nutricionais recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como pelas nutricionistas responsáveis pelo cardápio, no sentido da ingestão de calorias, nutrientes e proteínas que o programa preconiza, isto é, no sentido biológico, nutricional e natural. A *cozinha* corresponde a todo o aparato cultural que transforma este alimento em comida, ou seja, transforma os gêneros alimentícios (*gramas de arroz, de sal, de tomate, de feijão e carnes congeladas*) em cardápios (*arroz, feijão frango ao molho*).

Maciel <sup>17</sup> salienta que a escolha do que será considerado “comida” e do como, quando e por que comer tal alimento, é relacionada com o arbitrário cultural e com uma classificação estabelecida culturalmente. A cultura não apenas indica o que é e o que não é comida, estabelecendo prescrições (o que deve ser ingerido e quando) e proibições (fortes interdições como os tabus), como estabelece distinções entre o que é considerado “bom” e o que é considerado “ruim”, “forte”, “fraco”, ying e yang, conforme classificações e hierarquias culturalmente definidas.

O contexto escolar revela práticas sociais em que o espaço da memória, identidade, e trocas interativas de acesso à diversidade, é um campo fértil de disseminação de crenças estereotipadas, com códigos simbólicos e valores que circulam como “verdades” para grupos e subgrupos, e pode favorecer as práticas de exclusão. Portanto, considerando-se a escola como um espaço ambíguo de possibilidades ao desenvolvimento humano, cabe a esta pesquisa decifrar este universo dinâmico, sobretudo, entender os valores que envolvem as relações sociais entre os adolescentes.

## **2 - QUESTÕES E PRESSUPOSTOS**

Ao considerar as preocupações anteriormente mencionadas e os estudos de Rosa Garcia<sup>5,9</sup> entre outros que tratam dos valores culturais da alimentação e a segurança alimentar, parto dos seguintes pressupostos de estudo para iniciar a investigação: Os escolares não fazem vínculos entre alimentação e saúde; são induzidos a uma alimentação inadequada em função da identidade cultural de seu grupo.

Observa-se no campo empírico, um vazio social entre a escola e a alimentação, vez que os escolares continuam buscando fora da unidade de ensino outros alimentos e recusando os oferecidos pela instituição. Assim, contrariamente aos conteúdos que estudam em classe sobre alimentação saudável, o alimento da rua, nas proximidades da escola, representam prazer e autonomia enquanto que os da escola são considerados alimentos para os mais pobres e que não têm opções de escolha. Ademais, a observação mostra a presença de sobrepeso e obesidade de modo expressivo em adolescentes, cujos efeitos são uma das preocupações da saúde pública.

As representações sociais de adolescentes sobre a alimentação escolar guardam a gênese das raízes históricas socialmente construídas, pois são induzidas a uma alimentação inadequada em função da identidade cultural do grupo ao qual pertence, dificultando o vínculo entre alimentação e saúde, as quais podem ser reinterpretadas e resignificadas.

A partir destes pressupostos, questiona-se: Como a alimentação escolar é compreendida por adolescentes da quarta série do ensino fundamental de escola pública da cidade de Lauro de Freitas-BA no ano de 2008?

### **3 – OBJETIVOS**

#### **GERAL**

Compreender os significados da alimentação escolar por adolescentes da quarta série do ensino fundamental em escolas pública do município de Lauro de Freitas, Bahia em 2008.

#### **ESPECÍFICOS**

- ✓ Descrever o contexto e as condutas dos adolescentes no momento da alimentação institucional;
- ✓ Identificar representações sociais dos alimentos pelos adolescentes;
- ✓ Apontar limites e possibilidades para a alimentação escolar segundo as representações sociais dos adolescentes.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Este estudo está fundamentado na teoria das representações sociais de Serge Moscovici, permitindo a análise do sistema de referências do senso comum que organiza e orienta as práticas cotidianas, guiando as condutas de sujeitos e grupos.

Os dados obtidos nesta pesquisa serão colhidos por intermédio de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com adolescentes das escolas do município de Lauro de Freitas – Ba. A entrevista semi-estruturada ou em profundidade será realizada com todo cuidado<sup>17</sup> seguindo um roteiro claro, conforme anexo. As narrativas serão gravadas e posteriormente transcritas e analisadas.

As questões e temas foram propostos com base na pesquisa dos materiais impressos e disponibilizados no sitio sobre o PNAE, anterior à pesquisa de campo.

As escolas, em número de sessenta, estão divididas em áreas determinadas pelos bairros, sendo eles Portão, Itinga, Centro, Areia Branca, Caji. Através de sorteio, uma escola de cada bairro foi contemplada, desta forma, poderão ser feitas comparações entre elas e seus alunos.

A opção pela faixa etária dos adolescentes entre 10 e 13 anos e que cursam a 4ª. Série do ensino fundamental tem a ver com a formação de alguns hábitos alimentares mais duráveis, a exemplo, as aversões (Fisheler, 2005). Também por compreender o período da pré-adolescência ou adolescência, no qual os indivíduos passam a exercitar mais fortemente suas próprias escolhas em relação à alimentação e a outras esferas da vida.

Quanto ao gênero, será contemplado tanto o masculino quanto o feminino, e estas características tidas como femininas e masculinas contribuirão com saberes e práticas, para a compreensão das representações sociais.

A identificação das representações sociais e outros significados deve-se dar a partir da análise das entrevistas em profundidade<sup>19</sup> a coleta de informações sobre o cotidiano alimentar, são os instrumentos principais para a compreensão de fatos anteriores até o momento atual, dando ênfase a relação ‘com o comer’. Será possível observarmos crenças, mitos, costumes, tradições, elementos culturais como objetos presentes na vida dos estudantes, possibilitando melhor compreensão da pesquisadora.

Concomitante às entrevistas, realizaremos a observação participante e os registros de campo, em que a comensalidade será o objeto central (alimentação da escola ou fora nos muros circunvizinhos, entre churros, cachorros quentes, refrigerantes, geladinhos e pipocas).



A análise dos termos e sentenças presentes nas narrativas compõe o conjunto de dados mais importantes deste estudo <sup>19,21</sup>.

Trata-se, pois, de descortinar experiências sobre o comer e a escola, sem olvidar conteúdos curriculares sobre alimentação e nutrição trabalhados com os alunos, conforme suas representações.

Destacamos que grande parte dos alunos dessas escolas são moradores de regiões consideradas “carentes” Cajá, Areia Branca e Portão.

Os aspectos éticos estão em conformidade com a Resolução CNS 196/96, para pesquisa em seres humanos<sup>23</sup> e em concomitância à discussão com representantes dos sujeitos da pesquisa (professores, supervisores, familiares, diretores), pois o projeto maior deste estudo já foi aprovado pelo Comitê de do Hospital e Maternidade Climério de Oliveira em 2007. Para este mesmo Comitê especificamente será encaminhado o atual subprojeto.

Pretendemos obter o Consentimento Livre e Esclarecido a todos os voluntários da pesquisa (e responsáveis) que participarem das entrevistas, podendo estes, desistirem do estudo em qualquer etapa, caso lhes sejam conveniente. Considerando que um dos objetivos da pesquisa é o diálogo com menores de idade, antes de proceder às entrevistas, os pais destes escolares do ensino fundamental, terão conhecimento do estudo e poderão assinar os termos de consentimento da pesquisa como um registro ético deste estudo (*vide anexo*).

Também, garante-se o sigilo absoluto, inclusive junto aos atores envolvidos a fim de evitar constrangimentos sobre as informações a serem recebidas e assegurar que não ocorram danos morais para os alunos. Deve-se apresentar a descrição das narrativas aos sujeitos do estudo para que possam, caso queiram, fazer críticas ou indicar supressão de alguma parte.

## 5 - ANÁLISES PRELIMINARES

Em visita prévia a esta escola pudemos constatar, nas primeiras conversas com professores, o forte discurso normativo sobre nutrição, saúde e doença que são comunicados aos adolescentes em sala de aula. Nesse mesmo momento registrei o comentário de alguns adolescentes:

*“A alimentação para mim tem que ser muito variada, pois faz bem para a saúde. Os legumes fazem muito bem... as frutas também, umas são boas para a gripe. Conheço muita gente que não tem uma alimentação adequada por isso fica desnutrido ou obeso”.*

Adolescente do sexo feminino, 12 anos

*“A alimentação para mim é a sustentação... e sem a água a gente não sobrevivia, também a comida faz a gente crescer forte”*

Adolescente do sexo masculino, 11 anos

*“Eu sempre me alimento bem, se não vai acontecer uma coisa muito triste, a morte...”*

Adolescente do sexo feminino, 13 anos

*“ Eu nunca passei fome e nem quero passar. Porque fome é uma coisa muito ruim”*

Adolescente do sexo feminino, 13 anos

## REFERÊNCIAS

1. ALBANO, R. D. et al, Ingestão de Energia e Nutrientes por adolescentes de uma escola pública. **Jornal de Pediatria**. v. 77, nº. 6, 2001.
2. FARIA, E.R., et al, Estado Nutricional e dislipidemias de acordo com o sexo, em adolescentes atendidos em um programa específico de Viçosa. MG. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**. v. 21 no. 2, 2006.
3. SERRA, Giane M.A. Saúde e mídia na construção da obesidade e do corpo perfeito. **Revista Ciência & Saúde Coletiva** v. 8 nº. 3, 2003.
4. DA MATTA, **O que faz o Brasil, Brasil?**, Rio de Janeiro: Rocco. 1999
5. GARCIA, R.V. Representações Sociais da Comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. **Revista Cadernos de Debate** v. II. São Paulo. 1994
6. MOSCOVICI, S. **As representações sociais na psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
7. MIELNICZK, V.B.O. **Gosto ou Necessidade? Os significados da Alimentação Escolar no Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005.
8. ALEXANDRE, M. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**. Rio de Janeiro. v.10 – nº. 23. jul./dez. 2004
9. GARCIA, R.V. Representações sobre o consumo alimentar e suas implicações em inquéritos alimentares: estudo qualitativo em sujeitos submetidos à prescrição dietética. **Revista de Nutrição**. v. 17 nº1 Campinas, jan./mar. 2004
10. JODELET, D. La Representacion social: Fenómenos, concepto y teoría. In: **Psicología Social** II. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1998.
11. FREITAS, Maria C. Educação Nutricional - Aspectos Sócio-Culturais **Rev. PUCCAMP**, Campinas, 1997. v. 10, p. 45-57.
12. BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**, Doc. Nacional. 2006. Disponível em <[www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)> Acessado em 17 jan. 2007
13. BRASIL. **Portaria Interministerial nº. 1010**. 2006
14. MONTEIRO, C. A; CONDE, W.L. Tendência secular da desnutrição e da obesidade (1974-1996). **Revista Saúde Pública**, v.34 n.6, São Paulo, dez. 2000.
15. TRICHES, Rozane. Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Revista de Saúde Pública** v. 39 n.4, mar. 2005. São Paulo.
16. FISCHLER C. **El omnívoro. El gusto, la cocina y ele cuerpo**. Barcelona: Anagrama, 1995.

17. MACIEL, M. E. Cultura e Alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n°. 16, p. 145-156, dez. de 2001
18. MUÑOZ, Juan Jose Pujadas. **El método biográfico: El so de las historias de vida em ciencias sociales**. CIS –Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid, 2002
19. MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC – ABRASCO, 1996
20. VICTORA, Ceres Gomes. et all. **Pesquisa Qualitativa em Saúde-Uma introdução ao tema**. Porto Alegre. Tomo Editorial, 2000.
21. BRANDÃO, C.R. **Pesquisa participante**. 7 ed., São Paulo, Brasiliense, 1988
22. PASSEGGI, Maria da Conceição. **A dimensão histórica do sujeito na formação docente**. Disponível em <<http://www.ccsa.ufrn.br/docente/conceicao/artpub3.pdf>. > Acessado em 30 de mar. 2007.
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **RESOLUÇÃO Nº. 196 de 10 de outubro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: CNS, 10 de out. de 1996.

## ANEXOS

### Anexo 1 - CRONOGRAMA DE TRABALHO

<b>Plano de trabalho</b>	<b>1º sem. 2007</b>	<b>2º sem. 2007</b>	<b>1º sem. 2008</b>	<b>2º sem. 2008</b>
<b>1.Revisão de literatura</b>				
<b>2.Detalhamento do Projeto de Pesquisa</b>				
<b>4. Coleta de dados</b>				
<b>5. Análise dos dados</b>				
<b>6.Análise das falas</b>				
<b>7. Redação da Dissertação</b>				
<b>6. Defesa da Dissertação e publicação dos artigos</b>				

## Anexo 2 - ROTEIRO DA ENTREVISTA AOS ESCOLARES

- Caracterização do escolar: nome, idade, sexo, bairro que reside.
- Se come a alimentação da escola?
- Se gosta ou não da merenda e por quê?
- O que acha da alimentação da escola?
- O que come em casa?
- O que come nas ruas (redondezas)?
- Qual alimentação é sua preferida? Motivos.

## Anexo 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO

Autorizo participar da pesquisa sobre **“Representações Sociais de alimentação escolar na ótica de adolescentes de escola pública no município de Lauro de Freitas - Ba”**, sob a responsabilidade da aluna de mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da UFBA: Valquiria Agatte. O objetivo deste projeto é compreender os significados da alimentação escolar pelos adolescentes, que a vivenciam o cotidiano da escola pública em Lauro de Freitas. O propósito é a promoção da saúde com a prevenção de enfermidades nutricionais como desnutrição, obesidade e diabetes. Para tanto, indico no quadrado abaixo o item autorizado:

entrevista gravada sobre significado da alimentação escolar junto aos escolares do ensino fundamental autorizada pelos responsáveis.

Esclarecimentos dos pesquisadores: os resultados das análises narrativas deverão ser divulgados ao Ministério da Educação – FNDE, com o propósito de buscar soluções para problemas apontados pelos entrevistados. Será assegurado o sigilo dos nomes verdadeiros das pessoas entrevistadas para preservar suas identidades se esta for a decisão do sujeito entrevistado.

Autorização:.....